

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA

Kelli Caroline Mattes

EJA: ENTRE A UTOPIA E A PRÁTICA COM QUALIDADE

Porto Alegre
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA

Kelli Caroline Mattes

EJA: ENTRE A UTOPIA E A PRÁTICA COM QUALIDADE

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Maria Elly Herz Genro

Co-orientadora: Caroline Azi Corrêa

Porto Alegre
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor : Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

Pró-reitora de Graduação: Prof^a Valquiria Link Bassani

Diretor da Faculdade de Educação: Prof. Johannes Doll

Coordenadoras do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura na modalidade a distância/PEAD: Profas. Rosane Aragón de Nevado e Marie Jane Soares Carvalho

Dedico este trabalho a minha pequena Valentina,
aos meus pais Bráulio e Jeanice,
e a todos os educadores, como Maria Elly e Caroline, que ousam sonhar,
acreditar no potencial transformador da sociedade pela nossa profissão
e na concretização de uma educação de qualidade.



AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho seria impossível sem a colaboração de algumas pessoas e instituições que, de diversas formas, deram sua contribuição em diferentes etapas. Destas, manifesto um agradecimento especial,

À Biblioteca Pública Municipal Edwin Kuwer pelo exemplar atendimento e cedência de diversas obras literárias;

À orientadora Maria Elly e à co-orientadora Caroline pela dedicação permanente e acompanhamento da elaboração e enriquecimento desta monografia;

Ao colega Lenoir Azeredo pela gentileza de retirar livros na instituição de ensino onde estuda, visando contribuir com o desenvolvimento desta publicação;

À minha filha Valentina e ao meu namorado Eduardo por acompanharem pacientemente minha Graduação em Pedagogia e compreenderem meus momentos de ausência;

Finalmente, aos meus pais, Bráulio e Jeanice, pela paciência de ouvir rascunhos infundáveis e por me apoiarem na concretização do sonho de adquirir esta diplomação.

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, é uma modalidade de ensino desenvolvida com o intuito de proporcionar a formação daquelas pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, na idade própria. Implementada pelos padres jesuítas com o objetivo de garantir a dominação dos índios pelos europeus, forçando a conversão à fé católica e aos costumes da Europa, em sua história manteve o caráter dominador e o objetivo de garantir a ampliação da produtividade, fiel à ideologia capitalista. Diversos governos (assistencialistas, ditadores ou populares) se passaram até que a EJA fosse efetivamente reconhecida como modalidade de ensino e fosse garantido o debate democrático visando a elaboração colaborativa de práticas que visem o desenvolvimento das capacidades do indivíduo. Tendo perpassado em sua história por variadas concepções de educação e se revestido de diferentes roupagens – da tradicional à pedagogia libertadora – na atualidade desenvolve-se pautada em fóruns de discussão, numa legislação que reconhece a necessidade de haver um currículo específico e metodologias apropriadas à modalidade e já tem garantido investimento através do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Neste cenário, a presente monografia é voltada à reflexão sobre a forma como tem sido desenvolvida esta modalidade de ensino, estando especificamente focada nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. É resultante de pesquisas bibliográficas de diversos autores da área da educação e da análise reflexiva referente ao período de estágio curricular obrigatório, realizado com alunos de Educação de Jovens e Adultos, do 3º ao 5º ano. O objetivo geral foi investigar a implementação da Educação de Jovens e Adultos no país, perpassando pelos programas e campanhas implementados, com o intuito de compreender a modalidade na atualidade a partir da análise de suas fases de implementação, bem como, a partir da análise dos referenciais e indicadores de qualidade na educação, destacados pela UNICEF, PNUD e INEP – MEC em *Indicadores da qualidade na educação/Ação Educativa*, por João Catarin Mezomo em *Educação qualidade: a escola volta às aulas* e por Cecília Braslavsky em *Dez fatores para uma educação de qualidade*, dentre outros autores, questionar a forma como tem se desenvolvido essa modalidade de ensino. A partir da minha experiência durante o período de estágio pude perceber a precariedade do material

didático disponibilizado a essa faixa etária, a preferência por parte dos alunos pela metodologia tradicional de ensino (onde reproduziam suas vivências do mercado de trabalho e as lembranças do curto período em que frequentaram a escola), o desinteresse inicial pela pesquisa, debate e construção colaborativa do conhecimento, além da não utilização de tecnologias e materiais concretos que enriqueceriam a aprendizagem. A partir destas constatações e da bibliografia pesquisada, percebi a necessidade de mudanças significativas. Observando-se os indicadores abordados nesta monografia, sem dúvida alguma, serão reduzidos os índices de evasão, será ampliado o aproveitamento escolar e o educando jovem ou adulto encontrará na sala de aula o que busca e necessita: uma educação de qualidade que garanta o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Qualidade.

ABSTRACT

Young adults and adults education, according to the Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, is a teaching method developed with the aim of providing training to those people who do not get access or continue their studies in elementary and secondary school, at the appropriate age. Implemented by Jesuit priests in order to ensure the domination of Indians by Europeans, forcing their conversion to the Catholic Church and European habits, his story kept the domineering and the goal of ensuring the expansion of productivity, true to the capitalist ideology. Several governments (assistentialist, dictator or popular) has gone until EJA was effectively recognized as a teaching modality and has assured the democratic debate aiming the collaborative elaboration of practices that look at the individual capacities development. It has been traversed during its trajectory of various conceptions of education and also has been armed with different guises - the traditional pedagogy of liberation – nowadays, EJA is developed based on discussion forums, in a law that recognizes the need for a specific curriculum and appropriate methodologies to this modality and already has secured investment through FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. In this scenario, this paper is focused on the reflection on the way this method of education has been developed, specifically focused on the early grades of elementary school. It is also the result of bibliographical research of several authors in the education field and the reflective analysis regarding the period of mandatory student teaching, conducted with students of Young Adults and Adults Education, from the 3rd to the 5th year. The overall objective was to investigate the implementation of Young Adults and Adults Education in this country, going through the programs and campaigns implemented in order to understand this modality nowadays from the analysis of its implementation stages, as well as from the analysis of benchmarks and quality indicators in education, highlighted by UNICEF, PNUD and INEP - MEC in *Indicadores da qualidade na educação/ Ação Educativa*, by João Catarin Mezomo, in *Educação qualidade: a escola volta às aulas* and by Cecília Braslavsky in *Dez fatores para uma educação de qualidade*, among others, to question how this teaching method has developed. From my experience during the student teaching, I could notice the precariousness of the teaching material available to this age group, the students' preference of use traditional teaching methodology (in which they reproduced their labor market experiences and the

memories of the short period in which they attended school), the initial disinterest in survey, discussion and collaborative knowledge building, besides the non-use of concrete materials and technologies that enrich learning. Based on these findings and the bibliographical research, I realized the need for significant changes. By taking a look at the indicators discussed in this paper, the dropout of school rates undoubtedly will be reduced, the school performance will be expanded and the or young adult or adult student will find what he seeks and needs: a quality education that ensures his development.

Keywords: Young Adults and Adults Education. Quality.

“tratar-se-á de estabelecer a diferença
entre o direito de freqüentar uma escola
organizada e o de ali encontrar tudo
quanto pressuporia o pleno
desenvolvimento da Personalidade Humana”.

Piaget (1896-1980)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – DA IMPLANTAÇÃO À CONTEMPORANEIDADE NO BRASIL	14
3 A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	22
3.1 A relevância da qualidade para escolas de jovens e adultos	22
3.2 Referências para uma educação de qualidade	24
3.3 Indicadores da qualidade na educação	30
3.4. Fatores para uma educação de qualidade para todos na EJA	33
4 EJA – entre a utopia e a concretização.....	42
5 RELATO DE EXPERIÊNCIA	46
6 CONCLUSÃO	50
7 REFERÊNCIAS	52
ANEXO A – Primeira lição do Primeiro Guia de Leitura utilizado na CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos)	55
ANEXO B – 22ª lição do Primeiro Guia de Leitura utilizado na CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos)	56
ANEXO C – Página 8 do Guia de Aritmética utilizado na CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos)	57
ANEXO D – Páginas demonstrativas da Radio Cartilha utilizada na Campanha Sirena	58
ANEXO E – Quadro demonstrativo do MOBREAL	59

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem o propósito de propor uma discussão acerca da qualidade da Educação de Jovens e Adultos. Baseia-se na análise de bibliografia referente ao tema da qualidade na educação e à EJA propriamente dita, relacionada à experiência do estágio curricular.

A proposição do tema atenta para a reflexão sobre os reais objetivos a que se propôs, e, se propõe à busca de caminhos para efetivar-se uma educação de qualidade.

No primeiro capítulo, Educação de Jovens e Adultos – da Implantação à contemporaneidade - apresento um resgate histórico sobre a implantação da EJA no país.

No segundo capítulo, Qualidade na educação de jovens e adultos, proponho uma reflexão sobre a relevância da qualidade para escolas de jovens e adultos, referências para uma educação de qualidade e os indicadores da qualidade na educação, segundo o Ministério da Educação, enfatizando sempre a modalidade EJA em cada um dos aspectos. Menciono fatores para uma educação de qualidade para todos, discutidos em encontro promovido pelas Nações Unidas no Brasil.

No terceiro capítulo realizo um resgate sobre as concepções de educação de qualidade segundo Freinet, Dewey e Freire, fazendo uma análise sobre como essas idéias se aplicam a jovens e adultos.

No último capítulo – EJA – entre a utopia e a concretização, proponho uma reflexão final sobre todos os aspectos mencionados na monografia, além do relato da experiência realizada de abril a junho de 2010, durante o estágio curricular obrigatório.

A decisão de desenvolver uma monografia acerca deste tema foi uma consequência da experiência de estágio curricular, onde observei a indisponibilidade de material de acordo com a faixa etária, a preferência por uma metodologia tradicional de ensino, a não utilização dos recursos existentes na escola e a apatia demonstrada através da recusa em acreditar nos sonhos e a visão de que não poderiam ir muito longe e nem fazer muito mais do que já faziam.

Proponho esta monografia com a crença de que sempre é tempo para seguir em frente e recuperar o tempo perdido. Sempre é possível ir um busca da concretização de sonhos e cada novo dia é um momento único de colocar em prática novas ações que contribuam para sermos mais,

melhores e nos tornamos mais realizados como educadores, contribuindo para a formação de cidadãos mais felizes.

Minha intencionalidade é que esta monografia contribua para uma maior discussão sobre os caminhos a serem percorridos e os empreendimentos a serem desenvolvidos com o intuito de promover uma educação verdadeiramente de qualidade.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – DA IMPLANTAÇÃO À CONTEMPORANEIDADE NO BRASIL

Pretendendo-se realizar uma reflexão acerca da educação de jovens e adultos e principalmente se a mesma é possível de ser realizada com qualidade ou se trata-se de mera utopia, é fundamental que parta-se da conceituação dos conceitos de *educação*, *educação de jovens e adultos* e *utopia*.

Para Pinto (1989), a educação é um processo, visto que é um fenômeno permanente, não estanque; é um fato existencial, pois através da mesma o homem vai constituindo sua essência; é um fato social, já que é movida pelos interesses da sociedade e estabelece a maneira como seus agentes interagem e o modelo econômico que pretende estabelecer; é um fenômeno cultural, visto que através dela conhecimentos, crenças e valores são absorvidos e a metodologia utilizada em si já pressupõe um modelo de sociedade.

Na visão de Cunha (1985, p. 15), “A educação, em geral, pode ser definida como um processo de integração dos indivíduos às estruturas de uma sociedade, com a finalidade de manter, basicamente, essas estruturas”.

Analisar a afirmação de Cunha nos leva a refletir sobre dois aspectos. Se de um lado promover o desenvolvimento cultural do aluno, propicia consequentemente melhoria na qualidade de vida e maior inserção do indivíduo na sociedade, de outro lado, podemos perceber destacada em sua afirmação, uma concepção de ensino tradicional, que infelizmente ainda pode-se presenciar na educação brasileira, onde o processo não está centrado no educando, mas voltado à assimilação de conteúdos e à manutenção das estruturas estratificadas da nossa sociedade. E educação deve ser muito mais do que isso. Além de promover o desenvolvimento do indivíduo e sua inserção na sociedade deve ser o motor de transformação da realidade, não manutenção de estruturas arcaicas.

Educação, portanto, é um processo através do qual propicia-se o desenvolvimento do ser humano e oportuniza-se a ele o acesso a variadas informações e conforme a metodologia utilizada, desenvolve aptidões, fortalece ou inibe ações, muitas vezes condicionando-as e de uma forma ou outra, estabelecendo princípios morais e de convivência social.

Para conceituar a Educação de Jovens e Adultos na atualidade, é primordial que inicialmente se retome a forma como ocorreu a implantação da mesma no nosso país, constituindo gradativamente a maneira como hoje a concebemos.

Segundo Saldanha¹ (2009, online), a história da Educação de Jovens e Adultos inicia-se no Brasil em 1549 com a chegada dos padres jesuítas. Com o firme propósito de converter os índios à fé católica e preparar os nativos para a chegada dos colonizadores, os jesuítas iniciaram um processo educativo visando o ensinamento da leitura e escrita e dos costumes europeus, na tentativa de adequar os índios aos interesses dos dominadores. No entanto, como estavam muito mais voltados aos aspectos religiosos do que produtivos, os jesuítas foram gradativamente perdendo o apoio do Império, até serem expulsos em 1760, época em que totalizavam, segundo a Wikipedia, 670 religiosos distribuídos em aldeias, missões, colégios e conventos.

Saldanha¹ (2009, online), afirma que depois disto, só voltou a falar-se em educação de adultos em 1824, quando a Constituição Brasileira em seu Art.179, inciso XXXII determinava “A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos”. No entanto, é fundamental destacar-se que na época só eram considerados cidadãos, as pessoas livres, oriundas da elite. Neste período, a educação voltou-se a adultos que teriam condições de ocupar cargos de destaque que viessem a beneficiar o Império.

Com a ascensão da industrialização no século XX, surge a necessidade de mão-de-obra qualificada. Segundo Fino² (2001, online), embora houvesse o medo de que a educação pudesse despertar a consciência das pessoas e formar subversivos que não mais se submeteriam a prolongados turnos de trabalho exaustivo, em troca de salários miseráveis, que mal garantiam a sobrevivência, a necessidade de formar-se uma mão-de-obra qualificada começou a falar mais alto. Logo, percebeu-se que a instrução garantia resultados imediatos à produtividade e ao contrário do que se supunha, garantia a pacificação social. Então, passa-se a investir na educação, visando a apropriação da língua, da leitura e escrita, como garantia de profissionalização e progresso.

Lopes e Souza³ (online) afirmam que as mudanças ocasionadas pela Revolução de 1930 foram possibilitando a implantação de um sistema de ensino público e reforçam que “A Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas

¹ <http://www.webartigos.com/articles/17677/1/HISTORICO-DA-EJA-NO-BRASIL/pagina1.html>

² <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/7.pdf>

³ http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf

normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos”.

Já na década de 40, segundo Porcaro⁴ (online) o governo toma conhecimento dos altos índices de analfabetismo do país e resolve criar um fundo com o intuito de dizimá-lo. O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) passou a incentivar o desenvolvimento de estudos sobre a educação de jovens e adultos, o que resultou na elaboração de material específico e publicação de obras pertinentes, para a época.

Segundo Prazeres⁵ (2008, online) fortalecendo ainda mais o compromisso com a educação de jovens e adultos, em 1945 foi criado o Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, oficializando a modalidade.

Em 1947, Porcaro⁴ (online) argumenta que com 50% da população adulta analfabeta e em cumprimento às solicitações da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), o Brasil lançou a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947/1952), através da qual pretendia alfabetizar em três meses e oferecer um curso primário em duas etapas de sete meses, objetivando integrar à sociedade os analfabetos e promover o desenvolvimento econômico através da qualificação da mão-de-obra. No entanto, a campanha utilizava-se de cartilhas completamente desconectadas da realidade social, baseadas em uma metodologia tradicional de ensino, valendo-se de um método de alfabetização silábico e não reflexivo, conforme pode observar-se no ANEXO A. O ANEXO B, nos demonstra sutilmente o propósito da Campanha, que em textos com afirmações do tipo “O homem que não tem saúde e não trabalha nada vale”, reforçava a necessidade de os trabalhadores qualificarem-se para servirem à Pátria através da sua dedicação profissional constante. O ANEXO C é uma demonstração da maneira abstrata com que se trabalhava a matemática, fundamentando-se a assimilação na repetição orientada pelo professor.

Referenciando as campanhas de EJA da época, nos valem os Prazeres:

Daí por diante novos projetos e campanhas foram lançados com o intuito de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso a educação em período regular. Dentre estes podemos citar: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL, sendo que o primeiro estava mais voltado para atender às necessidades de qualificação da mão-de-obra para o setor industrial (além da necessidade de ampliar

⁴<http://www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc>

⁵<http://pt.shvoong.com/humanities/1780318-hist%C3%B3ria-da-educ%C3%A7%C3%A3o-jovens-adultos/>

os “currais” eleitorais mantidos pelas práticas “clientelísticas”), os demais tinham o intuito de atender às populações das regiões menos desenvolvidas, além da preocupação de conscientização e integração desse grupo através da alfabetização e utilização do sistema Paulo Freire. (PRAZERES, 2008, online)⁵

No final dos anos de 1950, segundo Fávero⁶ (online) foi criado o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA), cujas lições eram apresentadas por rádios. O Sistema acabou sendo brevemente abandonado devido ao fato de fazer uso de um vocabulário erudito que não atingia a população e a baixa qualidade do material impresso produzido, tendo sido considerado o mais fraco da época, conforme pode observar-se nas ilustrações do ANEXO D.

É importante destacar que no período de 1952 a 1963, esteve em vigor a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que segundo Casério (2003) tinha o objetivo de despertar o espírito comunitário e resolver os problemas do homem do campo. Fávero⁶ (online) comenta que o objetivo da campanha era investigar as condições econômicas e sociais do homem do campo, elevar a condição econômica dos mesmos e promover com o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais destas comunidades.

Em 1958 inicia-se a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA - 1958/1963), que conforme Casério (2003), era uma tentativa de encontrar alternativas que garantissem a formação do indivíduo e a partir disto o consequente desenvolvimento econômico.

Com a estagnação das campanhas de alfabetização, em 1962 lança-se o Programa da Mobilização Nacional contra o Analfabetismo, ensejando incorporar os serviços das campanhas federais que já haviam sido implantados.

Segundo Casério (2003), em março de 1963, o fracasso das campanhas culminaram na sua extinção. No mesmo ano, iniciou-se no país a implantação do Plano da utilização do método Paulo Freire. No entanto, no ano seguinte, o mesmo foi extinto através do golpe militar, visto que estava pautado na História, Antropologia Cultural e Metodologia, além de incentivar a criticidade do indivíduo.

Segundo Mezenes e Santos⁷ (2002, online) de 1966 a 1970 foi desenvolvida a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã), substituindo os movimentos de educação popular

⁵ <http://pt.shvoong.com/humanities/1780318-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-jovens-adultos/>

⁶ <http://www.forumeja.org.br/book/export/html/1564>

⁷ <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:0VtAHC0J2OMJ:www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp%3Fid%3D315+Cruzada+A%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+Crist%C3%A3&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

embalados pela liberdade democrática. Segundo estudiosos o objetivo da Cruzada ABC era neutralizar as idéias de liberdade democrática, principalmente as que estavam voltadas ao pensamento marxista.

Em 1967 a Lei n.º 5379/67 determinou a alfabetização funcional e a educação continuada como prioridades do governo e em função disto surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL – 1967/1985), apto a firmar convênios com entidades nacionais e internacionais com este fim. O governo ensejava assumir o papel fiscalizador no processo, desejando que a comunidade assumisse o compromisso juntamente com o município de garantir a realização do movimento. Fortalecendo as ideologias políticas da ditadura militar, o MOBRAL, seus 3.000 técnicos e 120.000 voluntários, em 1985 encerraram suas atividades sem lograr a erradicação do analfabetismo no país.

Segundo Belo⁸ (1993, online), através do MOBRAL pretendia-se única e exclusivamente ensinar a ler, a escrever e a contar, sem haver preocupação com a formação do homem. Afirma que o MOBRAL não partia do diálogo, tendo seus temas pré-concebidos e propostos de maneira autoritária, como se soubessem o que era melhor para o indivíduo. Embora o MOBRAL, como o método Paulo Freire partisse de temas geradores, o segundo retirava-os do universo vivencial do indivíduo, enquanto no primeiro era imposto a partir de um estudo das necessidades básicas dos homens, conforme esboçado no ANEXO E.

Durante a ocorrência do MOBRAL foi promulgada a Lei 5692/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o que para Porcaro⁹ (online) não causou alterações na implementação do mesmo, visto que contemplava o Ensino Supletivo, mantinha o enfoque profissionalizante e a alfabetização como decodificação de signos. Contrariando Porcaro, diz Soares citado por Souza (2007, p. 64), que com a LDB 5692/71 “Estamos em período de transição, convivendo com antigas práticas como a do ‘ensino supletivo’, marcada pelo aligeiramento do ensino, e uma nova concepção de educação expressa pelo direito e por uma educação de qualidade.”

A década de 80 traz grandes reflexões na área da educação quanto à necessidade de qualificar-se a metodologia de ensino com o intuito de promover um maior e mais eficaz desenvolvimento do educando, mas não houve sucesso neste sentido.

Em 1996, é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação a LDB n.º 9394/96, inaugurando uma nova fase na educação do país. Além de promover debates sobre a educação de maneira abrangente, oportunizou o reconhecimento da EJA como

⁸<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebl0a.htm>

⁹<http://www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc>

modalidade de ensino, destacando a importância de utilizar-se uma metodologia adaptada à realidade do educando e de sobrepor-se os aspectos qualitativos aos quantitativos.

De acordo com a LDB 9394/96, em seu Art. 37 estabelece que “ *A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria*”. Educar jovens e adultos significa, portanto, oportunizar à classe trabalhadora, que pela necessidade de garantir a sobrevivência teve de abrir mão da qualificação profissional, o direito social de educação.

Seguem o Programa Alfabetização Solidária (PAS - 1996) e Programa Brasil Alfabetizado – (2003 – em vigor na atualidade). O PAS, segundo Esteves¹⁰ (2002, online) incentivava a parceria entre diversos agentes e instituições: as instituições de ensino superior seriam responsáveis pela elaboração do projeto de atuação e a supervisão dos resultados, o setor privado contribuiria com repasse financeiro, a sociedade civil, estaria representada pelos cidadãos solidários que contribuiriam com o valor de R\$ 17,00 por seis meses, as organizações não-governamentais mobilizariam a comunidade para a inscrição e viabilizariam locais para a realização das aulas e governo federal auxiliaria com a aquisição de material didático e R\$ 17,00 por aluno por um período de meio ano, o estadual com finanças e o governo municipal com salas de aula e transporte escolar. Este programa, segundo dados do IBGE, reduziu 32% do analfabetismo do país. Em 2003, o Ministério da Educação passou a desenvolver o Programa Brasil Alfabetizado, com bolsas auxílio para voluntários que venham a desenvolver o programa, além de promover a capacitação profissional dos mesmos.

Atualmente, a implementação de ações para a Educação de Jovens e Adultos é discutida em Fóruns.

Com o surgimento dos Fóruns, então, a partir de 1997, a história da EJA passa a ser registrada num Boletim da Ação Educativa, que socializa uma agenda dos Fóruns e os relatórios dos ENEJAs. De 1999 a 2000, então, os Fóruns passam a marcar presença nas audiências do Conselho Nacional de Educação para discutir as diretrizes curriculares para a EJA. Em alguns Estados, ainda, passaram a participar da elaboração das diretrizes estaduais e em alguns municípios, participaram da regulamentação municipal da EJA. Além disso, a Secretaria da Erradicação do Analfabetismo instituiu uma Comissão Nacional de Alfabetização e solicitou aos Fóruns uma representação. Os Fóruns, portanto, têm sido interlocutores da EJA no cenário nacional, contribuindo para a discussão e o aprofundamento do que seja a EJA no Brasil (SOARES, 2004).

¹⁰ <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0044529.pdf>

Com a participação dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos garantiu-se aos educadores um espaço onde de maneira democrática são debatidos os mais variados aspectos da EJA no país, abrangendo conceitos, temáticas, metodologias, problemáticas e onde são elencadas possíveis alternativas para a superação dos mais variados obstáculos e melhoria do ensino ofertado.

E por falar da EJA na contemporaneidade, não podemos deixar de estar atentos ao que é destacado por Cavalcanti (2007, p. 11): “Assumimos com Freire (1987) o entendimento de que não existe neutralidade na ação educativa e que toda proposta de educação não se dá num vazio conceitual, mas sim dimensiona por um modelo teórico de sociedade que, por sua vez, delineia um perfil de cidadão”.

Refletir sobre a qualidade da educação direcionada a esta camada da sociedade, perpassa, portanto, pelos interesses e ideologias políticas adotados em cada período, caracterizados na prática pelo investimento em suporte didático e tecnológico (ou não), na formação do educador e na implementação de programas com educação continuada ou ausência deste investimento. Com referência à metodologia, deve-se observar se está fundamentada no fortalecimento de valores tradicionais e reafirmação de uma sociedade estratificada ou na fomentação da reflexão e da criticidade.

E ainda, refletir sobre a qualidade da EJA na contemporaneidade (analisando se a mesma possui um potencial transformador da realidade social e se é possível, através dela, promover o desenvolvimento integral do educando) convida para a reflexão sobre a utopia e a real possibilidade de concretização de nossos intentos.

A palavra utopia, segundo a Wikipedia¹¹ foi inventada por Thomas More, em 1516, com o intuito de utilizá-la como título de uma de suas obras, na qual descrevia um lugar novo e puro, habitado por uma sociedade perfeita. More produziu sua obra estimulado pelas descrições de Américo Vespúcio, referentes à ilha de Fernando de Noronha, recém descoberta.

Reverendo Manhem, Pierre Furter retoma suas principais colocações sobre o pensamento utópico: “ser utópico não é fugir...mas ao contrário, *um modo de criticar sistematicamente* a situação concreta e atual em função de critério e de reivindicações fundamentais”. “A utopia é uma maneira de manifestar no momento as exigências do absoluto.” A utopia, o pensamento utópico, ao pretender resultados definidos, não é mero sonho, é um fator de transformação social (projeto). (CUNHA, 1985, p. 27).

¹¹<http://pt.wikipedia.org/wiki/Utopia>

Para a educação, utopia assume a posição de resultado, abrangendo a idealização do processo educacional em sua perfeição. Utopia é a personificação do tipo de ser humano que se pretende formar, a perfeição da metodologia, a busca da excelência na formação do indivíduo. Um ideal inatingível?

“A Teoria da Utopia, de Ernest Bloch, na análise de Pierre Furter se desenvolve em três níveis:

1º) o homem é um ser insatisfeito, de carência;

2º) pela utopia, descobre que é possível pensar um futuro mais perfeito;

3º) para obtê-lo, tem de engajar-se numa ação transformadora”. (CUNHA, 1985, p. 28)

Ramos (1985, p. 29) ainda destaca que na visão de Freire “entre a utopia e sua realização há um *tempo histórico*, que é o tempo da ação transformadora, da construção da nossa realidade.”

Enfim, a Educação de Jovens e Adultos constituiu-se como modalidade de ensino, experienciou diversas metodologias, vestiu variadas roupagens, promoveu diversos debates e agora até foi incluída para receber os financiamentos governamentais. E ao final deste processo, constituiu-se como uma educação de qualidade? Ou ainda estamos trilhando o caminho para constituir uma EJA que atenda às expectativas dos alunos? Qual será o melhor caminho para a promoção de uma educação transformadora? Será que a utopia se concretizará?

3 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.1 A relevância da qualidade para escolas de jovens e adultos

Numa era onde a tecnologia assumiu um patamar tão elevado a ponto de oportunizar através da internet o acesso imediato aos acontecimentos de qualquer parte do mundo, onde o conhecimento é produzido, reelaborado e informado de maneira acelerada e as fontes de informação estão disponíveis para dirimir qualquer dúvida e prestar informações precisas sobre qualquer assunto, a escola precisa mais do que nunca repensar o seu papel e a sua atuação para não assumir o papel de instituição falida e sucateada.

Numa época em que a avaliação da qualidade dos produtos está cada vez mais em voga e a eleição sobre as predileções baseia-se pela comprovação dos resultados, mais do que nunca a escola deve voltar-se ao debate sobre a qualidade do ensino que está promovendo.

Além disso, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 6º, garante a educação como direito social e em seu Art. 23, inciso V, define como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”. Tendo em vista este cenário, cada vez mais debates são promovidos para a reflexão sobre a qualidade da oferta de ensino e a busca de permanentes melhorias na efetivação destes direitos.

Motivada em reconhecer no futuro uma sociedade mais justa e igualitária, encontro na igualdade de oportunidades e no acesso garantido a todos de uma educação de qualidade, a chave para a concretização deste sonho. Mas tenho consciência de que há um longo caminho a ser percorrido até que possamos começar a vislumbrar a concretização deste sonho.

E a mudança não é movida apenas pela motivação.

Infelizmente na maioria das vezes, a escola, ao invés de promover a modificação da estrutura social e a promoção da igualdade social, acaba por sustentar uma estrutura estratificada.

Durante muito tempo, nós professores, atribuímos à escola uma função “progressista”, com capacidade de ser um importante fator de mudanças sociais: através da escola, a sociedade seria cada vez mais igualitária e mais justa. Mas hoje descobrimos que essa atitude era excessivamente otimista. Na verdade, vê-se cada vez mais claramente que a escola, como instituição, não apenas não tem poder para modificar a estrutura social como, mais do que isso, geralmente confirma e sustenta essa estrutura. (NIDECOLFF, 1994, p. 9)

Para Nidelcoff (1994), a escola, muitas vezes, acaba tratando alunos diferentes, com realidades diferentes, como iguais. Com esta atitude, mais uma vez destaca pessoas que receberam meios e recursos para triunfar e reforça o fracasso daqueles que não os possuem.

As escolas das classes menos favorecidas ainda não oportunizam, em sua maioria, o acesso aos equipamentos e recursos aos quais as famílias mais abastadas têm acesso. Aliás, tratando-se de EJA, a modalidade é formada por alunos oriundos de classes sociais pobres, que não tiveram acesso à educação na idade adequada devido à necessidade de auxiliarem no sustento da família e dedicarem o seu tempo ao trabalho.

Segundo Nidelcoff (1994), é a estrutura social que permite ou não que as pessoas cumpram determinados destinos. Apesar de concordar parcialmente, destaco que acredito que a escola venha, sim, em contra-mão disso. Embora verdadeiramente não tenha cumprido o seu papel de mola propulsora de transformações na sociedade, garantindo a todos o acesso à multiplicidade de conhecimentos e recursos, o resgate da auto-estima e o desenvolvimento das potencialidades individuais e tenha reforçado o sucesso daqueles que possuem uma condição social favorecida e o fracasso daqueles que não a tem, a escola pode promover grandes mudanças na vida do indivíduo, conseqüentemente no seu papel na sociedade e na formação dela.

Acredito no potencial transformador da sociedade através da educação. A partir do momento em que todos tiverem efetivamente acesso a uma educação de qualidade e a escola oportunizar o acesso aos recursos aos quais as classes menos favorecidas não teriam de outra forma, evoluiremos, moral e tecnologicamente, de maneira coletiva. E assim, promoveremos uma alteração da estrutura social. Mas para isso temos que analisar e repensar continuamente o processo.

De acordo com Pinto (1989), o adulto é extremamente importante na definição dos rumos da sociedade: é ele que é responsável pela produção social, pela definição da direção que será dada à sociedade e pela manutenção da espécie, através da reprodução.

“O educando adulto é antes de tudo um membro *atuante* na sociedade. Não apenas por ser um trabalhador, e sim pelo conjunto de ações que exerce sobre um círculo de existência. O adulto analfabeto é um elemento frequentemente de alta influência na comunidade. Por isso é que se faz tão imperioso e lucrativo instruí-lo.

As camadas iletradas da população tendem a ser mais homogêneas pelas próprias condições de pobreza em que vivem. Mas nelas se destacam sempre (para elas) as personalidades que sobressaem, que dão forma expressa ao pensamento comum e por isso se tornam líderes nos quais a massa se reconhece. (PINTO,1989, p.83)

E não somente é imprescindível que seres tão atuantes na sociedade tenham acesso à formação, como é fundamental que a mesma seja efetiva em sua essência, cumprindo suas intenções. Muito pouco promoverá uma educação praticada meramente com o intuito de extinguir o analfabetismo ou apenas repassar conteúdos programáticos de maneira irrefletida.

Uma educação de qualidade é possível, mas retomo: a mudança não é movida apenas pela motivação, mas sim pela eleição e utilização de concepções e estratégias previamente elaboradas e permanentemente reelaboradas.

3.2 Referências para uma educação de qualidade

Para tratarmos sobre os princípios da qualidade é primordial destacarmos inicialmente o conceito do que se entende por qualidade. Conforme o dicionário Aurélio, qualidade é “dote, dom, virtude”. No mundo empresarial é sinônimo de melhoria permanente, atendimento de requisitos, observância de critérios. Em relação à educação, consideremos como satisfação, desenvolvimento pleno.

Com relação a alguns parâmetros da educação de qualidade, segundo Mezomo (1994) destacam-se:

1 – A qualidade supõe a antecipação e o atendimento das necessidades do cliente. Embora considere o termo cliente inapropriado para a educação e de fundamentação extremamente empresarial, ressalto a essência da idéia do autor: a satisfação do aluno. Ora, para que se possa atender as necessidades do sujeito é fundamental que se tenha ciência de cada uma delas e para que se possa listá-las é necessário desenvolver uma relação proximal com o mesmo, conhecendo-o e reconhecendo suas prioridades e desejos.

Aqui cabe uma reflexão: a priori, quais são as necessidades do educando e qual é o papel da educação? Segundo Pinto (1989, p. 83), “A educação de adultos visa a atuar sobre as massas para que estas, pela elevação de seu padrão de cultura, produzam representantes mais capacitados para influir socialmente”. Embora à princípio a afirmação do autor possa passar uma visão politicamente exagerada, realizando uma leitura mais atenta percebemos que ela reflete a nossa realidade social.

“Se por um lado, a educação tem assumido novos contornos em face das mudanças ocorridas na sociedade, por outro, a educação é a responsável pelo crescimento social, pois à medida que as pessoas vão ficando mais escolarizadas, o nível de vida vai melhorando, as pessoas ficam mais conscientes, críticas e exigentes. E, com isso, vão melhorando as condições de higiene, de alimentação, de saúde, de segurança e de satisfação pessoal. Enfim, a educação possibilita o desenvolvimento da sociedade (LOPES E SOUSA, online)¹²”

Segundo Loch (2010, p.19), o que caracteriza os adultos “na unidade, é a classe social a que pertencem e ao mesmo tempo a diversidade cultural, étnica, de gênero, de ofício”. A baixa instrução faz com que as camadas da população mais pobres sejam menos ativas politicamente ou, mesmo exercendo sua cidadania de maneira mais consciente, tenham uma noção ínfima dos seus direitos ou o que é ainda pior, dificuldade de argumentar e defender o seu ponto vista. O analfabetismo ou o pouco acesso a informações em geral, à cultura, à leitura, produzem indivíduos passivos e com dificuldade de análise e comunicação.

Dentro deste cenário, argumento que as maiores necessidades do educando de EJA sejam o desenvolvimento da criticidade, o resgate da auto-estima, o despertar da consciência política e a ciência do seu papel e importância na sociedade. Oportunizar o aprimoramento cultural e intelectual da coletividade garantirá o desenvolvimento do país.

2 – A qualidade supõe responsabilidade de cada pessoa. A qualidade não é missão de uma pessoa ou de um departamento; é importante que se compreenda que a qualidade é o resultado do compromisso e esforço conjunto. É importante, no entanto, ter-se presente que as ações individuais de cada um dos agentes que integram o grupo, influenciarão no resultado obtido.

¹² www.cereja.org.br/pdf/revista.../Revista_SelvaPLopes.pdf

Evoluímos de uma educação bancária, onde o aluno era tido meramente como um depósito dos conhecimentos repassados através de monólogos realizados pelo professor, para um período onde os conhecimentos adquiridos pelo aluno e suas curiosidades eram o ponto de partida para o desenvolvimento da aprendizagem. Hoje, com a disponibilidade de um número cada vez maior de recursos de pesquisa e a consciência da riqueza da construção da aprendizagem de maneira colaborativa, muitos educadores já adotaram o método onde alunos e educadores são co-responsáveis pelo desenvolvimento da aprendizagem.

Durkheim acreditava que a educação era capaz de criar no homem um ser novo, argumentando que se ele ultrapassou o estágio dos animais, foi porque não se conformou com o resultado de seus esforços pessoais e atuou de maneira cooperativa com seus semelhantes.

A educação, portanto, de um processo de transferência irrefletida de informações, evoluiu para um processo de experiência do conhecimento e construção colaborativa da aprendizagem, onde homens e mulheres, de diferentes realidades e saberes, de maneira conjunta contribuem para o crescimento do grupo .

3 – A qualidade supõe uma melhoria contínua. Qualidade é processo, não um programa com tempo determinado. É uma jornada, onde sempre há algo a ser aprimorado. Ramos (1992, p. 23) destaca que “Qualidade não é algo que se instala, estabelece ou institui de uma única vez. Trata-se de uma conquista ou construção, ao longo do tempo, através de um aperfeiçoamento contínuo”.

É importante que compreenda-se que a reflexão sobre a atuação dos agentes, por parte dos variados integrantes da comunidade escolar, bem como a coleta de sugestões para a melhoria dos serviços do estabelecimento de ensino, são fundamentais ao longo de todo o processo, visando aprimorá-lo.

Além da avaliação da escola em sua integralidade, a auto-avaliação de educando e educador, bem como a avaliação pelo aluno do processo educacional e do fazer pedagógico, auxiliam a repensar o método e aprimorá-lo e conseqüentemente a qualificar os serviços da escola.

4 – A qualidade supõe liderança. A função do líder é alinhar objetivos para que as forças não sejam desperdiçadas, sendo lançadas nas mais variadas direções, mas em um foco comum.

Em relação à equipe diretiva, é fundamental que haja atuação diretiva no sentido de interligar variados interesses e estabelecer conjunta e democraticamente as prioridades a serem gradativamente atendidas.

Em relação ao educador, é primordial que assuma a postura da nova geração, assumindo o papel de mediador. Nesta perspectiva, não conduzirá o aluno ao conhecimento, tão pouco o disponibilizará de forma passiva, mas possibilitará a problematização, o acesso a fontes de produção do conhecimento e acompanhará o processo colaborativo de construção da aprendizagem.

5 – A qualidade supõe o desenvolvimento das pessoas. A qualificação, além de ser uma oportunidade de realização pessoal é uma necessidade para a melhoria profissional e a qualificação do serviço prestado. Quanto mais conhecimento tivermos do serviço que realizamos, mais condições de realizá-lo com competência e eficiência teremos.

“A formação do profissional da educação está diretamente relacionada com o enfoque, a perspectiva, a concepção mesma que se tem da sua formação e de suas funções atuais. Para nós, a formação continuada do professor deve ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica [...]” (GADOTTI, 2003, p. 31)

É necessário que, com a velocidade com a qual criam-se novos instrumentos de informação, mais do que nunca, o educador esteja em permanente formação, atento a cada uma delas.

6 – A qualidade está no sistema. Todas as organizações estão baseadas em sistemas, eficazes ou não. É fundamental analisarmos a estrutura do sistema utilizado e as necessárias adaptações e melhorias.

“Hoje, a sociedade das tecnologias digitais, dos computadores e da telemática, da globalização e da pulverização das culturas locais, do genoma seqüenciado, já não se compadece em esperar por uma instituição que, para prosseguir, tem que mudar de paradigma. Eu não sei se a futura escola dará lugar a uma *e-escola* [...] Eu nem sei se o futuro precisará de qualquer tipo de educação institucionalizada, à semelhança da que temos hoje, cuja escolarização compulsiva, destinada a reproduzir uma sociedade estandardizada e imposta aos cidadãos, todos por igual, independente das suas características e das suas necessidades.” (FINO, 2001, Online)¹³

¹³ www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/7.pdf

Fino¹³ (2001, online) nos remete à reflexão sobre a necessidade de a escola, de maneira emergente, repensar suas estruturas, seus sistemas, inclusive o seu papel e adaptar-se à contemporaneidade, assumindo um compromisso com o respeito às individualidades interligada a uma visão da coletividade. E com urgência, estar conectada ao mundo virtual e oportunizar aos seus alunos o acesso à tecnologia e à inclusão digital.

7 – A qualidade exige libertação do medo. Pessoas com medo não pensam, executam. Tendo-se em vista que o ponto-chave da qualidade é a descoberta dos erros e sua reparação, todos os envolvidos no processo devem sentir-se à vontade para destacá-los.

A libertação do medo estará diretamente ligada à postura da equipe diretiva e do educador. Se a equipe diretiva tiver uma postura democrática de gestão ao invés de revolver-se num autoritarismo punitivo, a escola irá superando cada uma de suas falhas e conseqüentemente transformando-se num espaço onde a convivência ultrapasse o horário escolar, instituindo-se num espaço prazeroso. Com referência ao educador, assumindo este uma postura de facilitador da aprendizagem e abrindo espaço para o diálogo permanente, da mesma forma, o processo estará constantemente aprimorando-se.

8 – A qualidade supõe e exige o reconhecimento. Valorizar esforços aumenta as possibilidades de ações vitoriosas serem repetidas. O reconhecimento, podendo ser financeiro ou psicológico, motiva a cada um e ao grupo a tentar acertar sempre.

Pode parecer uma postura Behaviorista (onde reforços positivos empreendidos através de elogios ou compensações através de presentes estimulam a repetição de atitudes desejadas) e é. Mas quem não se sente estimulado em repetir seus esforços e até não dá muita atenção aos percalços do caminho quando percebe os resultados reconhecidos? Todo mundo, por menos personalista e vaidoso que seja. É ao contrário, quem ao escutar somente críticas e não perceber reconhecimento algum dos seus esforços bem-sucedidos estimula-se para tentar acertar da próxima vez ou fazer ainda melhor? Ninguém, por mais humilde que seja. Não afirmo que não haja, mas haverá com pouca motivação.

O reconhecimento, portanto, sendo ele apresentado em suas mais variadas facetas, estimula educadores e educandos, funcionários e comunidade escolar em geral a fazer sempre mais e melhor.

9 – A qualidade supõe trabalho em equipe. É fundamental que todos os agentes envolvidos no processo se envolvam com ele. A valorização do debate aberto e o

¹³ www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/7.pdf

incentivo ao lançamento de novas idéias promovem o aumento de alternativas e a riqueza das decisões.

E para que seja possível empreender este método de trabalho, é necessário que cada integrante do grupo tenha consciência do que significa o saber colaborativo: união de idéias, não imposição de vontades.

Todos estes saberes, além de serem essenciais para a convivência em sociedade, são o despertar da consciência de que apesar de sermos únicos, somos parte de uma equipe, de uma sociedade e cada uma de nossas ações, refletem-se imediatamente nelas.

10 – A qualidade supõe medida. É necessário avaliar-se o nível de satisfação e realizar uma análise objetiva dos resultados coletados com o intuito de rumar-se para a qualidade desejada.

O MEC, INEP, UNICEF e Nações Unidas (2004) inclusive desenvolveram uma publicação onde apontavam sete indicadores a serem analisados para a avaliação da qualidade desenvolvida na escola, descritos individualmente no subtítulo seguinte. Julgo a análise atenta destes indicadores fundamental para a busca da garantia de uma educação de qualidade.

11 – A qualidade exige uma sistemática solução de problemas. Não há como resolver problemas se não for utilizado um processo com o intuito de eliminá-los. A chave do sucesso é o planejamento. Além disto, é fundamental que se esteja atento para a eliminação de problemas que podem vir a consolidar-se, não somente a resolvê-los quando se consumaram.

Pensar sobre a aplicabilidade dos princípios da qualidade na escola não é transformá-la num espaço empresarial ou submeter-se aos ideais capitalistas; é acima de tudo, repensar o papel na escola e a maneira como ela, de forma eficiente ou não, está promovendo a formação do indivíduo e em consequência, a transformação da sociedade. Além disso, tratar sobre a qualidade na educação é repensar caminhos e de maneira coletiva, descobrir a melhor forma de empreendê-la, assegurando à escola a sua relevância no futuro.

3.3 Indicadores da qualidade na educação

Pensar na qualidade da educação perpassa pela necessidade de análise de indicadores que a especificam. Entendendo-se indicadores como sinais que demonstram os aspectos que compõem uma realidade, evidenciando os pontos positivos e negativos, observá-los é ação primordial para evidenciar os pontos prioritários de atuação, visando mudanças que garantam uma educação de qualidade.

“...a qualidade da educação é também a salvaguarda da verdadeira democracia, que não se esgota no exercício do direito de voto, porque forma cidadãos capazes de interpretar a realidade nacional e de contribuir na construção de uma sociedade dotada de uma estrutura cada dia mais justa, que oportuniza igualmente o desenvolvimento de todos”. (MEZOMO,1994, p. 78)

Pensar, portanto, na qualidade da educação, é um compromisso profissional, mas acima de tudo, a busca incessante pela garantia de um direito assegurado pela Constituição Federal. Um compromisso em promover igualdade de acesso a informações e recursos, objetivando equivalência de oportunidades e transformação da sociedade, partindo da equiparação cultural das variadas classes que compõem nossa sociedade estratificada.

Segundo estudo técnico promovido pelo MEC, INEP, UNICEF e Nações Unidas (2004), sete indicadores devem ser avaliados para determinar a qualidade de educação desenvolvida em um ambiente escolar: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar e acesso, permanência e sucesso na escola.

Numa época histórica em que a competitividade chegou ao ápice, em que há a ação nociva do bullying nas escolas e as relações humanas sofrem com o individualismo excessivo, avaliar como a escola tem contribuído pra modificar estas práticas em ações fundamentadas na solidariedade e respeito, é imprescindível.

“Muitos destes sujeitos retornam à escola com a esperança de melhorar suas formas de sobrevivência, sua autoimagem [...] Muitas vezes não alcançam o que desejam

porque, na EJA, os conteúdos trabalhados são vazios de significados para eles, distantes de suas realidades e necessidades”. (LOCH, 2010, p.25)

Muitas vezes o grande vilão da evasão escolar de jovens e adultos não é a falta de interesse ou compromisso dos educandos. Muitas vezes a grande vilã é a ineficácia do método educacional: conteúdos sem significatividade, distanciados da realidade do educando, prática inexistência de materiais adaptados à clientela adulta e utilização de materiais infantilizados, planejamento centrado no educador e apego ao conteúdo programático.

Analisar cada um dos indicadores da qualidade da educação é um ponto de partida para uma reflexão crítica sobre como está sendo promovida ou não, a Educação de Jovens e Adultos no nosso país.

Concentremo-nos em cada um dos indicadores.

Ao analisarmos o *ambiente educativo*, devemos considerar a forma como interagem todos os agentes do ambiente escolar, com relação à solidariedade, alegria, respeito ao outro, combate à discriminação e disciplina.

Alunos de Educação de Jovens e Adultos, em especial, tendem a sentir-se constrangidos no ambiente escolar, pelo regresso tardio à escola. Zelar pela manutenção de um espaço acolhedor, onde os alunos sintam-se valorizados e motivados a compartilhar suas experiências e avanços é primordial para a garantia da frequência e desenvolvimento de um trabalho qualificado.

Ao observar-se a *prática pedagógica* é importante avaliar-se se ela foi definida pela coletividade, tendo em conta o tipo de ser humano e sociedade que se deseja formar, a maneira como se dá o planejamento, a contextualização da prática, considerando o entorno do educando, as variedades de estratégias e recursos que são utilizados para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. É também importante observar a maneira como a autonomia dos agentes é considerada e motivada, o incentivo que é dado ao trabalho coletivo e a existência de ações que garantam uma pedagogia inclusiva.

A *avaliação escolar*, um dos aspectos ainda mais precários e resistentes a mudanças, deve ter considerada a análise dos mecanismos para empreendê-la, a participação dos alunos no processo e englobar a avaliação do trabalho do educador.

“A Escola não é uma linha de montagem e nem busca resultados mecânicos. Por isso, a meta ansiosamente esperada pela comunidade é que, no final do ano letivo, **todos os alunos sejam aprovados com nível de excelência**, conforme as condições, ritmos, experiências prévias e características de cada um. Esta expectativa genérica de resultado é coerente com o princípio de que a avaliação do rendimento do estudante ocorre como parte integrante e vital do seu processo de aprendizagem”. (RAMOS, 1992, p. 32)

Logo, a maneira como os educadores propõem a avaliação escolar denota o tipo de proposta que os mesmos implementam. Numa escola com qualidade, a avaliação é utilizada como suporte para o desenvolvimento do processo educacional, diagnosticando os conhecimentos absorvidos, evidenciando as dificuldades e limitações e desta forma, norteando o trabalho do educador, demonstrando-lhe cada aspecto a ser priorizado com cada um dos educandos.

A *gestão escolar democrática* é outro indício. Quanto mais atuante forem os conselhos, maior for a participação efetiva da comunidade escolar (alunos, pais, profissionais), maior será a qualidade. Quanto mais parcerias a escola possuir com o Poder Público e outras instituições e quanto mais centradas forem as ações para resolverem os conflitos cotidianos, maior será a qualidade.

A *formação e as condições de trabalho dos profissionais* é outro indicador. A preocupação com a formação escolar dos profissionais e o compromisso com a disponibilização ou facilitação de acesso a cursos de aperfeiçoamento, é uma evidência de que a escola está comprometida com a melhoria do trabalho desenvolvido. A existência ou não de número adequado de profissionais para garantir o bom funcionamento da escola, a assiduidade dos profissionais no espaço de trabalho e a estabilidade do grupo são pontos chave para o desenvolvimento de um trabalho qualificado, harmonizado com o ambiente.

O *ambiente físico escolar*, compreendendo a sala de aula e os móveis e equipamentos disponibilizados para uso da turma, espaço de alimentação, de higiene, de convivência durante o intervalo de atividades, espaços de aprendizagem diferenciados (biblioteca, laboratório de informática, ludoteca, laboratório de ciências, artes, matemática).

Acesso, permanência e sucesso na escola, levando em conta o número de faltas dos alunos, os alunos que evadiram do ambiente escolar, a existência ou não de atuação frente à defasagem e a real dedicação às necessidades dos educandos.

A permanência dos alunos é uma demonstração do quão significativa tem sido a frequência na escola, o quanto ela tem representado para a transformação da vida do aluno, a ponto de estimulá-lo a ir, após uma jornada estafante de trabalho, dedicar horas do seu descanso ao estudo.

3.4 Fatores para uma educação de qualidade para todos na EJA

Além dos indicadores já mencionados, que tratam da garantia da eficácia, gostaria de elucidar os dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI, destacados em reunião organizada em 2003 no Brasil pela UNESCO e Fundação Santillana (BRASVALAVSKY, 2004):

Com referência ao primeiro aspecto - *o foco na relevância pessoal e social* - não há como promover-se uma educação de qualidade sem focalizar estes dois aspectos. A relevância pessoal e social referem-se ao que é importante para o indivíduo aprender naquele momento da sua vida, considerando-se as questões culturais da comunidade onde esteja inserido e de que forma esta educação propicia o seu bem-estar.

Freire (2003, p. 138), argumentava que “Sem entender a alma da cultura apenas invadimos essa cultura”. Para de fato promovermos uma transformação de uma comunidade, Freire defende que devemos nos inserir nela, compreendê-la e no momento apropriado ir promovendo a reflexão sobre aspectos que poderão auxiliar na melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas. Exemplificou seu pensamento apontando a tradição das famílias do campo, onde mulheres e homens trabalham no campo e somente as mulheres se dedicam aos afazeres domésticos.

Enfim, a educação não deve ater-se a uma relação de conteúdos programáticos. Ela deve estar diretamente relacionada aos interesses e necessidades educacionais do aluno e promover um enriquecimento no mesmo como ser humano, promovendo mudanças significativas no mesmo como indivíduo e a possibilidade de transformações positivas na sua vida. Além disso, ela não deve realizar-se através de uma transmissão de informações impensadas, mas processar-se através da vivência e da reflexão.

“Quando refletimos sobre nossas práticas pedagógicas e suas implicações curriculares e vice-versa, é fundamental que atentemos para os saberes e fazeres que são verbalizados pelo grupo com o qual estamos envolvidos. Ao contar sua história cada pessoa conta um pouco de sua vida e, assim, faz uma apresentação de sua leitura de mundo”. (BARCELOS, 2010, p. 56)

E aproximar-se do sentido que as pessoas dão às coisas e à forma como lêem o mundo é o ponto-chave para aproximar-se da relevância pessoal e social da aprendizagem. Uma educação de qualidade é relevante, prazerosa e fonte de realização e felicidade.

O segundo fator de qualidade – *a convicção, a estima e a auto-estima dos envolvidos* – reporta-se à comunidade escolar como um todo. Refere-se à importância de o professor acreditar no seu potencial como educador e de o educando reconhecer-se como ser dotado de conhecimentos e promotor de aprendizagens. Refere-se à importância de educador e educando acreditarem no potencial transformador da sociedade, através da educação. Reporta-se à necessidade de educador e educando procurarem alternativas para a resolução de problemas, ao invés de enfatizarem fracassos. Chama a atenção para a importância da valorização dos esforços de cada um, do respeito ao aluno e reconhecimento de suas qualidades e potencialidades, acima de seus limites inicialmente reconhecidos.

O terceiro fator trata da *força ética e profissional dos mestres e professores*. Apesar de grande parcela da classe não possuir ainda a profissionalização adequada, promovendo a perda da credibilidade dos educadores frente à sociedade, o investimento permanente em capacitação profissional tem culminado no resgate desta idoneidade e no fortalecimento da categoria.

Ramos (1992, p. 35) destaca que quando a escola investe na formação continuada do educador “está pavimentando o caminho para a própria melhoria e estabelecendo as bases para realizar um ensino de qualidade”.

Tratando da ética profissional, é importante destacar também que elevada parcela dos educadores sabem respeitar e relacionar-se com a realidade do aluno, valorizando seus saberes e colhendo valiosas lições para a prática educativa.

O quarto fator – *a capacidade de condução de diretores e inspetores* – destaca a importância de os gestores conseguirem envolver a comunidade, promovendo vínculos entre os seus integrantes, administrando de maneira colaborativa e sobretudo reconhecendo a escola como prioritariamente um espaço de desenvolvimento da cognição.

Quando o líder atua instigando a colaboração, acolhendo as propostas da comunidade, promovendo um ambiente instigante e apresentando-se de maneira receptiva, segundo Ramos (1992, p. 26): “Criam-se, assim, como decorrência desta atuação compartilhada, laços de confiança e respeito que permitem o alcance dos propósitos pretendidos”.

O quinto fator – *o trabalho em equipe dentro da escola e dos sistemas educacionais* – refere-se ao fato de vivemos numa época onde o conhecimento está em constante evolução e as interdependências são crescentes. Nesta era, o trabalho em equipe e a atuação colaborativa são fórmulas preciosas para a qualificação de quaisquer empreendimentos que venham a ser desenvolvidos.

Uma vez que a escola assume uma forma de gestão democrática, fazendo com que a comunidade em sua integralidade se sinta acolhida e perceba que as suas percepções da escola e sugestões são valorizadas e acima de tudo, que a administração enriquece-se com a multiplicidade de visões acerca do espaço educativo, de maneira colaborativa, a escola é conduzida para a melhoria da qualidade.

O sexto fator – *as alianças entre as escolas e os demais agentes educacionais* – destaca o quão é valorosa a procura de parceiros que não estejam inseridos na nossa comunidade escolar. Buscar aprendizagem através da experiência de outras instituições, buscar apoio de outros agentes para fortalecer o debate e o número de pessoas envolvidas no compromisso de desenvolver uma educação de qualidade, aprimora o processo e aproximamos cada vez mais da conquista deste objetivo.

O sétimo fator – *o currículo em todos os seus níveis* – destaca a importância de realizarmos uma reflexão crítica sobre a relevância da educação e de que saberes a nossa sociedade precisa. É importante estabelecer-se a divisão do tempo e a eleição dos temas de maneira que estejamos em conformidade com os reais objetivos da educação que promovemos, não escravos de uma listagem impensada e mal dirigida.

Nidelcoff (1994), afirma que quem determina os conteúdos a serem estudados são os planos de estudo e atenta para a importância de o educador analisar “o problema da atualização dos mesmos e o problema da orientação a que respondem”, enfatizando que estão voltados à defesa dos interesses da elite e ainda ressalta que não existem homens muito cultos e homens incultos, apenas homens com culturas diferentes.

Não acredito que seja possível promover uma educação libertadora e transformadora baseando-se meramente em conteúdos programáticos e utilizando-se de livros que em sua maioria difundem as ideologias e concepções da burguesia.

Cunha (1985, p. 23) destaca que “De acordo com a leitura de Elíseo Veron [...] podemos dizer que em todo texto escolar existe uma função aparente e uma função latente que é a propriamente ideológica”.

Não poderia deixar de fazer referência ainda a Gadotti (2003), que destaca um conjunto de saberes a serem desenvolvidos através do novo paradigma filosófico da educação: educar para pensar globalmente, educar os sentimentos, educar a identidade terrena, formar para a consciência planetária, formar para a compreensão, educar para a simplicidade.

O oitavo fator - a *quantidade, a qualidade e a disponibilidade de materiais educativos* – chama atenção para o fato de não haver educação de qualidade sem riqueza de materiais. É claro que é imprescindível que, além de serem disponibilizados diversificados materiais de qualidade, haja dinamização na utilização do material didático disponibilizado.

Infelizmente, muitas vezes as escolas dispõem de um aparato de mídia, laboratórios das mais variadas áreas, jogos didáticos que estimulam a reflexão sobre conhecimentos diversificados e mesmo assim ainda há educadores que optam por permanecer numa postura de comodidade, sem a utilização destes recursos.

É importante também fazermos referência à bibliografia disponível. Num universo de livros infantilizados, a Resolução nº 51, de 16 de setembro de 2009, regulamentou o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Segundo o MEC, através deste programa serão distribuídas obras didáticas para todas as escolas públicas que atendem alunos jovens e adultos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, além das entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado. Pretendem fomentar a produção de obras didáticas que superem as produções existentes caracterizadas, em algumas situações, como uma redução de conteúdos da educação básica, possuindo baixa qualidade do projeto gráfico-editorial, e de modo geral, sendo pautadas em propostas inadequadas sob a perspectiva didático-pedagógica, visto que não encontram-se em conformidade com as diretrizes educacionais instituídas para a Educação de Jovens e Adultos.

Sabe-se que na EJA desenvolvida nos espaços escolares a escassez de materiais didáticos, em particular de livros didáticos de qualidade, tem impulsionado os docentes a buscar alternativas para organizar o ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares. Para isso os docentes lançam mão de uma diversidade de materiais e recursos de ensino-aprendizagem, tais como: livros didáticos destinados ao ensino regular de crianças e adolescentes, obras literárias, revistas, jornais, bulas de remédio, recibos, cupons, contas, filmes, sítios eletrônicos, músicas, desenhos, ilustrações, dentre outros. Todavia, nesta ampla diversidade de recursos, poucos são aqueles concebidos e construídos pedagogicamente levando em consideração as particularidades do público jovem, adulto da EJA. Isso exige do educador um forte esforço para a transposição didática destes recursos, e sua recontextualização em sala de aula. (Cartilha PNLD - Programa Nacional do Livro Didático, 2010, p. 19)

O nono fator – *a pluralidade e a qualidade das didáticas* – faz menção ao fato de que bons recursos mal utilizados e bons alunos mal conduzidos, emergem para o fracasso. É primordial que o educador tenha conhecimento da pluralidade das didáticas, os benefícios e fragilidades de cada uma para refletir sobre a devida implementação.

A Mestre Mara Fernanda Alves Ortiz¹⁴ (2002, online) desenvolveu uma tese investigando uma das questões problemáticas da EJA, que era o fato de os alunos terem dificuldades de aprendizagem e os conteúdos escolares parecerem não atender às necessidades dos mesmos.

“Ao estudar a construção do conhecimento e o processo de aprendizagem da teoria piagetiana, vimos que esses fatos poderiam ser esclarecidos e que, para compreender ou conhecer, é preciso que o conteúdo estudado ou o objeto de estudo seja assimilado às estruturas do sujeito, o que só é possível se tais estruturas já existirem anteriormente.

Portanto, para aprender, o aluno da EJA precisa estar de posse das estruturas adequadas, que lhe permitam construir, por si próprio, sua aprendizagem e se apropriar de novos conhecimentos.” (ORTIZ, 2002, p. 2).

Embora Jean Piaget tenha desenvolvido pesquisas voltadas às crianças e tenha defendido que a maneira de pensar das mesmas é completamente diferente das dos adultos, sua obra é de extremo valor para os educadores de EJA, visto que destaca a maneira como se processa o conhecimento e os estágios de desenvolvimento em que gradativamente o ser humano vai sendo enquadrado, conforme as suas experiências.

¹⁴ <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000248391>

Compreender em que estágio está enquadrado o aluno é primordial para reconhecermos as formas mais adequadas de estimularmos nossos alunos para a construção do conhecimento. Piaget, além de enriquecer o trabalho do educador caracterizando os estádios de desenvolvimento, presenteou-nos com a afirmação de que o conhecimento não se assimila de fora para dentro, mas se estimula através da experiência.

Tratando ainda sobre a qualidade das didáticas, é importante destacarmos as idéias difundidas por grandes educadores como Celestin Freinet, John Dewey e Paulo Freire.

Apesar de Celestin Freinet ter desenvolvido suas teorias voltadas a crianças, são muito valorosas para a clientela adulta. Freinet gostava de realizar saídas de campo, onde de maneira prazerosa os alunos construíam conhecimento. Era contrário ao uso de manuais e cartilhas que engessavam a aprendizagem e não vinham de encontro aos interesses e realidades dos alunos, sendo favorável à investigação como fonte de construção de conhecimento.

Sabia da grandeza propiciada pela construção colaborativa do conhecimento, tendo fomentado a troca de correspondências entre escolas.

Incentivava a reflexão e a curiosidade, motivando os alunos a desenvolverem a escrita a partir de seus pensamentos e reflexões. Trabalhava a leitura e estimulava o desenvolvimento de desenhos artísticos. Motivava a expressão dos alunos através da imprensa escolar. Utilizava fichários nos quais os alunos registravam suas descobertas e realizavam sua auto-correção, conforme iam aprimorando seus conhecimentos.

Transformava cada resposta em nova pergunta, promovendo permanente reflexão. Contrariando o engessamento do currículo e adepto à investigação dos temas emergentes da aula, despertava a revolta dos colegas, favoráveis ao método tradicional de ensino e o fiel cumprimento da lista de conteúdos.

Era favorável à interdisciplinariedade, utilizando-a como forma de investigação e de sanar dúvidas e curiosidades. Para avaliar seus alunos, utilizava seus apontamentos, realizados a partir de observações das ações e participações dos alunos em sala de aula, ao invés de partir exclusivamente de uma pontuação estabelecida pelo preenchimento de folhas vazias de sentido e recheadas de respostas decoradas, efetuada em horário agendado.

Tendo sua metodologia apoiada na cooperatividade, afetividade, a comunicação das descobertas e a documentação das aprendizagens, tem suas técnicas utilizadas em sala de aula até os dias de hoje.

Analisando a teoria de John Dewey, percebe-se que na sua visão a aprendizagem deveria ser desenvolvida através de atividades manuais e criativas, associadas aos conteúdos. Acreditava que a escola deveria ser um espaço de estímulo da interação e cooperatividade, já que os estímulos da construção coletiva e da vivência do conhecimento produzem efeito muito superior ao promovido pela ação isolada do indivíduo.

Acreditava no potencial transformador da sociedade através da educação, enfatizando o caráter político incutido nas metodologias educacionais e que a passividade assumida por diversos alunos era fruto, não somente da ordem social, como também da atuação dos professores.

Pensava que a escola deveria promover ações que iniciassem a criança na vivência social, promovendo a produção de alimentos, de vestuários, o ensinamento da culinária e a produção textual e artística, tendo a escola como um laboratório da vida em sociedade.

Paulo Freire, alfabetizado no quintal de casa com palavras da sua realidade escritas na areia, gerou um método de alfabetização que acabou por converter-se em pedagogia crítica libertadora e fonte de notórias lições para o processo de ensino-aprendizagem.

O maior pensador da Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire, consolidou-se pela implantação de um metodologia pautada numa visão de pedagogia libertadora, onde o aluno não era tido como tábua rasa, onde deveriam ser incutidas, a partir de um monólogo realizado pelo educador, as informações. Ao contrário disto, o aluno era tido por Freire como ser humano inacabado, em constante desenvolvimento, dotado de conhecimento e experiências preciosas para o desenvolvimento colaborativo da aprendizagem.

“O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para a transformar. (...) Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna; (...) Isso é verdade se se refere às forças da natureza...isto também é assim nas forças sociais...A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazer” (FREIRE, 1987, p. 48)

Para Freire (1987), o fomento à reflexão crítica e a problematização da realidade devem estar inseridas na atividade escolar. O planejamento das aulas, deve partir

das curiosidades, interesses e realidade do aluno. De seu meio devem emergir os temas a serem investigados e problematizados em sala de aula. Na função de agente ativo, elaborador da aprendizagem, o aluno irá resgatando a auto-estima, através do reconhecimento do seu potencial e de maneira crítica irá refletindo e reelaborando a sua própria identidade. Refazendo-se e percebendo-se como ser atuante na sua realidade, assumirá o seu papel de cidadão atuante e agente político e transformador da sociedade.

Em termos mais específicos, segundo a obra de Brandão (1986), Paulo Freire desenvolveu um método de trabalho através do qual partia do levantamento do universo vocabular do educando, compreendendo sua maneira de se expressar, ouvindo e acolhendo suas vivências. A etapa seguinte seria o levantamento das palavras geradoras, a serem retiradas das frases utilizadas para expressar a forma de viver na localidade onde os alunos estão inseridos e transformadas em temas geradores. Através deste método, além de alfabetizar-se, o educando refletirá a sua realidade criticamente e iniciará, além da leitura da palavra, a leitura do mundo.

Numa concepção de educação colaborativa, Freire propunha círculos de cultura e ficha de leitura, que segundo Brandão configurava-se como uma atividade coletiva onde o educador assumia o papel de animador de debates, participando de uma atividade onde todos ensinam e todos aprendem.

Freinet, Dewey e Freire destacaram a importância de o aluno ser agente ativo no processo educacional, questionando e refletindo sua realidade, vivenciando e experienciando os conhecimentos e de maneira consciente, construindo a sua aprendizagem.

O décimo fator – *condições materiais e incentivos socioeconômicos e culturais mínimos* – refere-se à importância para a qualidade do ensino de incentivos governamentais ao projeto educacional e à valorização do profissional educador.

Através do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) implantado com o intuito de investir na educação de 2006 a 2014, ficou garantido o investimento na Educação de Jovens e Adultos, oportunizando recursos para um melhor atendimento desta clientela nas escolas de nosso país.

Segundo John Rushin, “A qualidade não é um acidente: ela é sempre o resultado de um esforço inteligente. É fruto da vontade de produzir algo superior”.

Penso que a reunião promovida pela UNESCO em 2003, descrevendo os dez fatores para uma educação de qualidade foi um marco para a reflexão e ponderação sobre a qualidade da atuação de toda a comunidade escolar, com o intuito de rumarmos para a promoção de uma educação verdadeiramente transformadora.

4 EJA – ENTRE A UTOPIA E A CONCRETIZAÇÃO

Apesar de a Educação de Jovens e Adultos ter sido em seus primórdios implantada com o objetivo de garantir a domesticação e em sua história ter mantido o compromisso com a profissionalização, hoje há intenso debate sobre os objetivos das metodologias a serem empreendidas e os rumos da EJA no país.

No entanto, há muito ainda a ser feito até conseguirmos empreender uma Educação de Jovens e Adultos que de fato atenda ao propósito de proporcionar uma educação que contribua para o crescimento do indivíduo e a alteração da sociedade.

Durante muito tempo, a psicologia esteve centrada nos processos de desenvolvimento de crianças e adolescentes, pois compreendia que o desenvolvimento terminava com o fim da adolescência e que esta etapa representava o auge do desenvolvimento humano. Entendia-se que na idade adulta as pessoas se estabilizavam e na velhice se deterioravam. Estudos recentes contrariam esta concepção porque indicam que o desenvolvimento psicológico é um processo que dura toda a vida e que a idade adulta é rica em transformações. Os adultos possuem mais experiência que os adolescentes e podem ter acumulado uma maior quantidade de conhecimentos. Talvez sejam menos rápidos, mas podem oferecer uma visão mais ampla, julgar melhor os prós e os contras de uma situação e ter boa dose de criatividade. (ÁLVARES, et al, 2006, p. 4)

A ciência de que, além de os adultos terem plenas condições de desenvolvimento cognitivo, possuem uma bagagem de conhecimento que possibilita o acesso a uma gama de conhecimentos e experiências diferenciadas, visões ideológicas e culturais diversificadas, por parte de cada um dos integrantes da turma, está promovendo a consolidação de uma metodologia de ensino que valoriza e usufrua de toda esta riqueza.

Considero que estamos rumando para o real comprometimento com o desenvolvimento do educando e o seu despertar para a cidadania e subjetivamente para a formação de uma sociedade fundamentada em valores menos competitivos e mais colaborativos. Os diversos movimentos de EJA implantados no país foram ao longo do processo evidenciando falhas e acertos, mas acima de tudo, destacando a importância de definirmos o tipo de ser humano e de sociedade que desejamos formar, para a partir disto

irmos ajustando nosso caminhar e transformando a sala de aula num laboratório que oportunize o debate e a vivência da sociedade que pretendemos formar.

Mas a implantação desta nova metodologia, baseada no debate crítico, na construção do conhecimento colaborativo e na valorização do ser humano como agente do conhecimento, não é tarefa fácil, visto que estas pessoas estão habituadas a cumprir tarefas sem questionamentos e não são estimuladas à reflexão.

Treinados a seguir orientações, não é de estranhar que ao chegarem à escola desejem encontrar atividades em que predominem a cópia, a repetição do que disse o(a) professor(a) e outras situações do mesmo tipo. Pensar e tomar decisões é bem diferente e dá muito trabalho, principalmente para quem tem pouco exercício dessa prática. Entretanto, como queremos formar cidadãos críticos e atuantes, não podemos esquecer que, provavelmente, a EJA é o único espaço na vida desses alunos onde a prática de pensar de forma organizada tem. (Costa e Barreto, p.7)

Para Gadotti (2003), na sociedade atual, é necessário que o educador repense sua prática para oportunizar aos alunos o acesso a uma educação de qualidade. Para o autor, o novo professor é um profissional do sentido, tendo a sensibilidade de combinar os benefícios de diferentes espaços, além de substituir a função de lecionador pela de gestor do conhecimento. Ele precisa ter ciência de que o processo de aprendizagem não é neutro e refletir sobre o porquê de cada ação, oportunizando a avaliação e a transformação da realidade.

Destaca que o novo professor é um profissional que aprende em rede, de maneira colaborativa e constante, devendo abranger as capacidades de atuação em equipe, de comunicação, pesquisa e raciocínio. Deve mobilizar o desejo de aprender, instigando o prazer das novas descobertas e da apropriação de mais conhecimento, destacando a significatividade da aprendizagem, para que havendo sentido, a mesma seja absorvida.

Além de basear sua prática nos princípios da ética, o novo professor deve ser o profissional do encantamento, tendo a função de reencantar a humanidade numa era de profundas frustrações.

Souza (2007, p.101) traz em sua obra uma reflexão dos saberes necessários ao educador da EJA, que registramos aqui:

1 – assumir-se como profissional libertador que tem postura crítica diante da realidade vivida;

2 – ter papel diretivo no processo educativo, não como quem ocupa uma posição de comando, mas como articulador de um estudo sério sobre algum objeto de investigação;

3 – colocar-se na posição de quem busca superar-se constantemente, numa atitude praxica;

4 – fazer do ato educativo, um ato de conhecimento;

5 - colocar-se em constante processo de formação (formação permanente);

6 – trabalhar com a indissociabilidade entre teoria e prática mediante reflexão crítica sobre a prática;

7 – respeitar o educando e a si próprio como sujeitos do conhecimento;

8 – valorizar a cultura dos educandos e a própria sociedade como fonte de problematização dos conhecimentos.

Acima de tudo, deve saber valorizar o conhecimento do aluno e perceber os temas que emergem da sua realidade e consciência. Deve empenhar-se em valorizar a participação, a construção coletiva e a compreensão da importância de cada um para si e para o grupo.

“A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

A reflexão que propor, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem homem, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa”. (FREIRE, 1987, P. 70)

Não pretendo afirmar que toda a responsabilidade está nas mãos do educador.

Longe disso! Ciente da importância da ação de diversos agentes, destaco as palavras de Lopes e Souza:

“É oportuno lembrar que todos podem e devem contribuir para o desenvolvimento da EJA: os governantes devem implantar políticas integradas para a EJA, as escolas devem elaborar um projeto adequado para seus próprios alunos e não

seguir modelos prontos, os professores devem estar sempre atualizando seus conhecimentos e métodos de ensino, os alunos devem sentir orgulho da EJA e valorizar a oportunidade que estão tendo de estudar e ampliar seus conhecimentos. À sociedade cabe contribuir com a EJA não discriminando essa modalidade de ensino nem seus alunos, e por fim, as pessoas em geral que conhecerem um adulto analfabeto devem falar da importância da educação e incentivá-los a procurar uma escola de EJA. (Lopes e Sousa, Online, p. 19)¹⁵

O educador que transformará a utopia em realidade é aquele que ousa em construir algo novo e transformar a sala de aula num espaço de construção coletiva do planejamento e da aprendizagem.

¹⁵ www.cereja.org.br/pdf/revista.../Revista_SelvaPLopes.pdf

5. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Durante o período de estágio curricular, onde tive o privilégio de atuar com uma turma de Educação de Jovens e Adultos, do 3º ao 5º ano, comecei a questionar a qualidade da educação proporcionada aos alunos desta faixa etária. Percebi que os materiais didáticos disponibilizados no mercado e por vezes utilizados com estes alunos, são extremamente infantilizados, visto que produzidos especificamente para crianças de séries iniciais. Resolvi adotar a prática de criar caça-palavras, palavras cruzadas, desafios, enigmas, todos relacionados à temática que estava sendo pesquisada e de maneira que propiciasse o estudo da ortografia e o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático.

Embora o Ministério da Educação já esteja implementando a adoção de livros didáticos para as turmas de Educação de Jovens e Adultos, que a meu ver devem ser utilizados como fonte de pesquisa, não definição do planejamento escolar, ainda há muita precariedade de material didático para esta modalidade de ensino.

Os alunos, durante a minha experiência demonstraram sentir-se incomodados em refletir e debater. Chegaram a afirmar que não gostariam de “desperdiçar tempo com conversinhas” e destacaram que desejavam que eu enchesse o quadro de conteúdos a serem copiados e exercícios a serem respondidos, de maneira que a noite rendesse e valesse a pena vir para a escola. Desejavam treinar a escrita. Tive de encontrar alternativas de aliar o debate, a pesquisa e a construção colaborativa do conhecimento, às expectativas dos alunos, de maneira que não evadissem e se sentissem motivados a vir à escola.

Quando iniciei na turma, com a implantação do método que eu acreditava ser ideal para o desenvolvimento da aprendizagem, tive um aluno que optou por sair da escola às vinte horas para trabalhar à noite e elevar o salário. A aula que eu estava propondo não estava sendo significativa para ele. Resolveu afastar-se, até que terminasse o meu estágio. Além disso, percebi um certo descontentamento por parte de alguns alunos, cuja concepção de ensino configurava-se pela utilização da metodologia tradicional. Aos poucos, percebi que a propaganda que ele estava fazendo aos colegas sobre os ganhos que o seu trabalho noturno estava lhe rendendo, chamava a atenção da turma. Tinha que refletir sobre a minha prática e agir rapidamente, de maneira que, com meu afã de promover uma educação transformadora, para a qual os alunos ainda não estavam preparados, não contribuísse para a evasão escolar.

Quando comecei o estágio, investiguei com os alunos suas metas, sonhos e percebi que a turma era apática. Comentavam que sabiam que não iam longe, que achavam que aprender a ler e a escrever, estava mais do que bom e chegaram a afirmar que não adiantava eu ficar tentando fazê-los pensarem muito, porque eles sabiam que a vida deles não ia mudar nunca e já tinham se habituado ao salário que recebiam e ao estilo de vida que tinham condições de ter. No período que estive com eles, esmerei-me em reacender a chama da esperança e da motivação e fazê-los perceberem que podiam sim e muito. Para isso, seria necessário que tivessem perseverança e dedicação.

Fiz um levantamento de curiosidades que tinham sobre o mundo natural, para selecionarmos um tema de investigação, auxiliando-os a ingressarem no mundo da pesquisa crítica e da aprendizagem colaborativa. Pensaram em estrelas, bebês de provetas, nuvens e por fim, optaram por furacões. A partir daí utilizaríamos a arquitetura pedagógica chamada Projeto de Aprendizagem. Através do PA, é realizado um levantamento das certezas provisórias que os alunos têm sobre a temática (porque poderão ser alteradas durante o processo investigativo), as dúvidas temporárias (visto que serão esclarecidas com a realização do projeto) e é definido um plano de ação, descrevendo as ações a serem desenvolvidas para a realização do projeto e para encontrar a resposta da pergunta inicial, criada com o intuito de definir o tema central de pesquisa.

É uma excelente arquitetura de aprendizagem, visto que partirá das curiosidades da turma e integrará conhecimentos e esforços para o seu desenvolvimento. Através do PA o aluno torna-se agente da aprendizagem.

Uma problemática era a falta de tempo fora da sala de aula para a pesquisa. Não poderia esperar que como as crianças das séries iniciais, fossem trazer livros e revistas de casa. Eles não fariam e não fizeram isso. Mas tínhamos a biblioteca da escola e o laboratório da escola com o formidável Google para superar essa falta. Resolvemos criar uma entrevista sobre o tema para aplicarem com os vizinhos e surpreendentemente eles fizeram. A partir daí, trabalhamos com percentuais e aproveitei para realizarmos cálculos de multiplicação e divisão, momento em que descobri que habitualmente utilizavam calculadoras para realizar as contas. Eles não sabiam realizar o processo de divisão e multiplicação; alguns, nem os de subtração e adição. Com o uso do material dourado, compreender a composição dos números, o processo de multiplicação, divisão, a adição com transporte e a subtração com retorno se tornou fácil. Abolir a calculadora em sala de aula não foi fácil. Deparei-me com situações em

que tentavam utilizá-la escondido para não admitirem que não sabiam realizar as contas. Mas se o educando compreender que uma ação ou conteúdo são significativos acabará empreendendo esforços nesta direção. E foi o que aconteceu com as quatro operações. Por fim, orgulhosamente, sem calculadora, sem material dourado, todos conseguiam resolvê-las.

Escrever um E-mail para um meteorologista foi outra grande aprendizagem. Criamos um texto coletivo agregando nossas dúvidas e por sorte duas instituições nos responderam. Cada aluno criou seu E-mail, encaminhei as respostas dos meteorologistas e eles com muita satisfação responderam a esses profissionais. Desejava criar uma página para cada um onde fossem registrando suas aprendizagens e descrevendo descobertas na internet, mas os problemas de conexão reduziram sensivelmente as aulas de informática, reduzindo-as muitas vezes ao uso de editores de texto e jogos educativos.

Mas tive que ter cautela nestes empreendimentos. Eles tinham que estar aliados aos interesses deles. Ou seja: aula sem cópia do quadro, determinada pelo educador, nem pensar.

À medida que comecei a aliar o que pretendia ao que eles estavam habituados e compreendi que mudanças se fazem de maneira gradativa, não através de um choque cultural, a turma começou a argumentar ao aluno que saia para trabalhar, que ele estava perdendo aulas muito boas e ficaria para trás da turma. Como o aluno não queria ficar para trás dos colegas e percebeu que as atividades propostas estavam promovendo muitos conhecimentos, resolveu abandonar o emprego noturno e permanecer até o fim da noite na escola. A partir dali, as cobranças de frequência de um ao outro se tornaram rotina e a alegria e o orgulho dentro da sala de aula algo constante.

Por fim, eu que cheguei percebendo o olhar de desconfiança da turma e percebendo que não acreditavam na minha proposta de ensino, acabei me despedindo da turma ao final do estágio sob o protesto revoltado de todos e o sincero pedido para permanecer até o final do ano. Afinal, a minha saída representaria o abandono daquele método de ensino que desenvolvemos juntos e que segundo eles, estava promovendo grandes aprendizagens.

Também estavam um pouco aborrecidos porque o laboratório de informática não seria mais um lugar freqüentado e materiais como o tal do material dourado, que tinham achado interessante, não seria mais utilizado.

Sai muito orgulhosa: começamos com a redação de frases pobres e encerramos com a elaboração de pequenos textos bem pontuados, com bem menos erros ortográficos, letras maiúsculas e minúsculas bem utilizadas e argumentos inteligentes, longe dos usuais “é legal”, “é bonito” e “é bom”. Além disso, as quatro operações estavam bem assimiladas e não seriam mais resolvidas somente através do uso da calculadora. Mas o melhor de tudo: nos despedimos com todos motivados e acreditando na capacidade de concluírem o Ensino Fundamental.

A turma de Educação de Jovens e Adultos com a qual desenvolvi meu estágio me ensinou muitas coisas: primeiro, que mudanças devem se dar através de um processo transitório, segundo, que devemos estar atentos aos interesses dos alunos, não o que concebemos como necessidades e interesses deles e terceiro, que a sala de aula é um verdadeiro laboratório de experimentação onde homens e mulheres de diferentes faixas etárias, culturas, conhecimentos e formação, têm plenas condições de construir uma educação de qualidade e efetivamente libertadora.

6 CONCLUSÃO

Ao analisar minha prática pedagógica com Educação de Jovens e Adultos e pesquisar diferentes autores, tratando sobre a qualidade na educação e a Educação de Jovens e Adultos, retomo uma frase de Freire, destacada na obra de Brandão (1986):

“Caminhante não há caminho
Se faz caminho ao andar”

Na minha ânsia de implementar uma pedagogia libertadora, não atentei para a necessidade de criar em sala de aula a nossa própria pedagogia libertadora, indo gradativamente inserindo os alunos num processo educativo crítico e desligando-os de uma metodologia tradicional de ensino.

Acostumados que estavam profissionalmente a seguir ordens cegamente sem contestação e com a antiga lembrança dos poucos anos na escola, onde imperava uma educação centrada na sabedoria e autoritarismo do educador, sentiram-se desconfortáveis com a proposição de um método e nova concepção da EJA, que valorizasse seus conhecimentos e partisse de suas curiosidades e interesses. Que método de ensino é esse que a professora não chega ordenando o que iriam fazer?

Como Lopes e Souza (online, p. 15) penso que “O educador deve perceber o aluno como um ser pensante, cheio de capacidade e portador de idéias, que se apresentam espontaneamente, em uma conversação simples e em suas críticas aos fatos do dia-a-dia.” E a riqueza de conhecimentos dos quais cada aluno é portador, transforma a própria turma num acervo bibliográfico valoroso.

A transformação nas concepções de ensino e da escola não é tarefa fácil, mas também está longe de ser um processo inalcançável. A utopia na educação é uma necessidade para que não deixemos de caminhar e constantemente estejamos atentos às novas possibilidades e aos novos saberes que vão surgindo a passos rápidos na contemporaneidade.

Os indicadores da qualidade na educação nos servem de alerta para uma análise detalhada sobre como tem sido o atendimento dos alunos adultos nas escolas brasileiras. Em sua maioria, ouvimos relatos de descontentamento pelo descaso por parte dos governantes a esses alunos, o que está finalmente sendo alterado pela transformação do FUNDEF em FUNDEB e conseqüente oferta de suporte financeiro e merenda escolar. A progressiva

aquisição de materiais didáticos, disponibilidade de mídias, laboratórios de informática e utilização de bibliotecas com bibliografia atualizada irá qualificando o processo educacional direcionada a esses educandos.

“A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão de práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.” (CUNHA APUD FREIRE, 1985, p.11)

Repensar o tipo de sociedade que estamos formando e o tipo de ser humano e sociedade que nos propomos a formar, portanto, é o primeiro passo para elencarmos os objetivos a que se propõe a Educação de Jovens e Adultos e a forma como desenvolveremos de maneira vertical ou horizontal o processo educativo.

O investimento na formação dos educadores e a capacitação profissional permanente são fundamentais para a troca de experiências entre os educadores, a reflexão da prática e a conexão dos mesmos com as tecnologias disponíveis e as discussões pedagógicas da atualidade.

Uma gestão democrática onde os diferentes agentes da comunidade escolar possam intervir para a melhoria do processo e dos serviços da escola, onde haja reconhecimento dos esforços coletivos e valorizadas as demandas apresentadas por todos, a escola se constituirá num espaço onde todos se sintam pertencentes e agentes.

E um escola onde todos têm voz e vez, é um espaço com muros transponíveis, saberes compartilhados e construção colaborativa. Percebo que, esse é o caminho para a consolidação de uma prática de qualidade na EJA.

7 REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Sônia Carbonell; BARRETO, Vera; COSTA, Elisabete. Trabalhando com a educação de jovens e adultos – Alunos e alunas da EJA, 2006

BARCELOS, VALDO. Educação de Jovens e Adultos. Currículo e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

BELLO, José Luiz de Paiva. Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. **Pedagogia em Foco**, Vitória, 1993.

Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>>. Acesso em: 20 novembro 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é método Paulo Freire*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986

BRASLAVSKY, Cecília. *Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI*. [Tradução Editora Moderna]. Madri, Fundacion Santillana, 2004.

CASÉRIO, Vera Mariza Regino. *Educação de jovens e adultos: pontos e contrapontos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. *Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador*. Maceió: EDUFAL, 2007.

COSTA, Elisabete; BARRETO, Vera. Trabalhando com a educação de jovens e adultos - A sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem

CUNHA, Diana A. As utopias na educação – ensaios sobre as propostas de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

DURKHEIM, Émile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/tramse/pead/textos/durkheim.pdf>> Acessado em 23 outubro 2010

ESTEVES, Regina Célia Vasconcelos. Programa Alfabetização Solidária: uma estratégia de sucesso para a educação de jovens e adultos no Brasil, 2002. Disponível em:

<<http://unpan1.un.org/intrados/groups/public/documents/clad/clad0044529.pdf>> Acessado em 20 novembro 2010

FÁVERO, Osmar. Campanhas. Disponível em:

< <http://www.forumeja.org.br/book/export/html/1564>> Acessado em 20 de novembro de 2010

FERRARI, Márcio. *Célestin Freinet* Edição Especial 01/07/2008 Nova Escola

FERRARI, Márcio. *Célestin Freinet – o mestre do trabalho e do bom senso*. Edição Especial 10/2008 Nova Escola

FINO, Carlos Nogueira. Um novo paradigma (ara a escola): precisa-se *in* FORUMa- Jornal do Grupo de Estudos Clássicos da Universidade de Madeira, 1,2,2001

Disponível em: < www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/7.pdf> Acessado em 07 de outubro de 2010

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. O caminho se faz caminhando. Conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis: Editora Vozes, 2003

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho – ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003

LOCH, Jussara Margareth de Paula, et all. EJA planejamento, metodologias e avaliação. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010

LOPES, Selva Paraguassu; SOUZA, Luzia Silva. S/D. EJA: uma educação possível ou mera utopia? Disponível em:

<www.cereja.org.br/pdf/revista.../Revista_SelvaPLopes.pdf> Acessado em 07 outubro 2010

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos."Cruzada ABC" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em:

< <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=315>> Acessado em 20 novembro 2010

MEZOMO, João Catarin. *Educação qualidade: a escola volta às aulas*. São Paulo: J.C. Mezomo, 1994.

NIDECOLFF, Maria Teresa. *Uma escola para o povo*. [Tradução João Olivério Trevisan]. 37ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Mara Fernanda Alves. Educação de Jovens e Adultos: um estudo do nível operatório dos alunos, 2002. Disponível em:

< <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000248391> > Acessado em 1 outubro 2010

PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

PORCARO, Rosa Cristina . A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL. Disponível em: <[http:// www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc](http://www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc)> Acesso outubro 2010

PRAZERES, Flávio. História da educação de jovens e adultos – EJA. Disponível em:
< <http://pt.shvoong.com/humanities/1780318-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-jovens-adultos/>> Acessado em 22 outubro 2010

RAMOS, Cosete. Excelência na Educação. A Escola de Qualidade Total. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992

SALDANHA, Leila. *HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL* Disponível em:
<<http://www.webartigos.com/articles/17677/1/HISTORICO-DA-EJA-NO-BRASIL/pagina1.html>>
Acesso em 10 outubro 2010

SOARES, Leôncio José Gomes. O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas Públicas e EJA. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação de jovens e adultos. Curitiba: IbpeX, 2007.

UNICEF, PNUD, INEP-MEC (coordenadores). *Indicadores da qualidade na educação/ Ação Educativa*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

WIKIPÉDIA. Companhia de Jesus. Disponível em:
< http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_de_Jesus> Acessado em 22 outubro 2010

WIKIPÉDIA. Utopia. Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Utopia>> Acessado em 22 outubro 2010

Constituição Federal de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acessado em 10 outubro 2010






Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira n.º 9394/96. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acessado em 10 outubro 2010

Constituição Federal de 1824. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acessado em 10 outubro 2010

**ANEXO A – Primeira lição do Primeiro Guia de Leitura utilizado na CEAA
(Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos)**

1.ª lição

2013, 374
C 387
kei A

	a sa	a	a a a
	e lo	e	e e e
	i lha	i	i i i
	ô vo	o	o o o
	u va	u	u u u


a e i o u
e a o i u
eu ia à ilha

2
T.D.T.D. - 1930

2.ª lição

CELEBRANDO 50 ANOS DE FUNDACÃO
RES. 25343
ANO 1962

a e i o u

 bola bo la

ba	be	bi	bo	bu
la	le	li	lo	lu

bo la	be ba	ba la
bo le	be be	be la
bô lo	be bi	bu le
bo a	be bo	bu li
boi	be beu	bai le

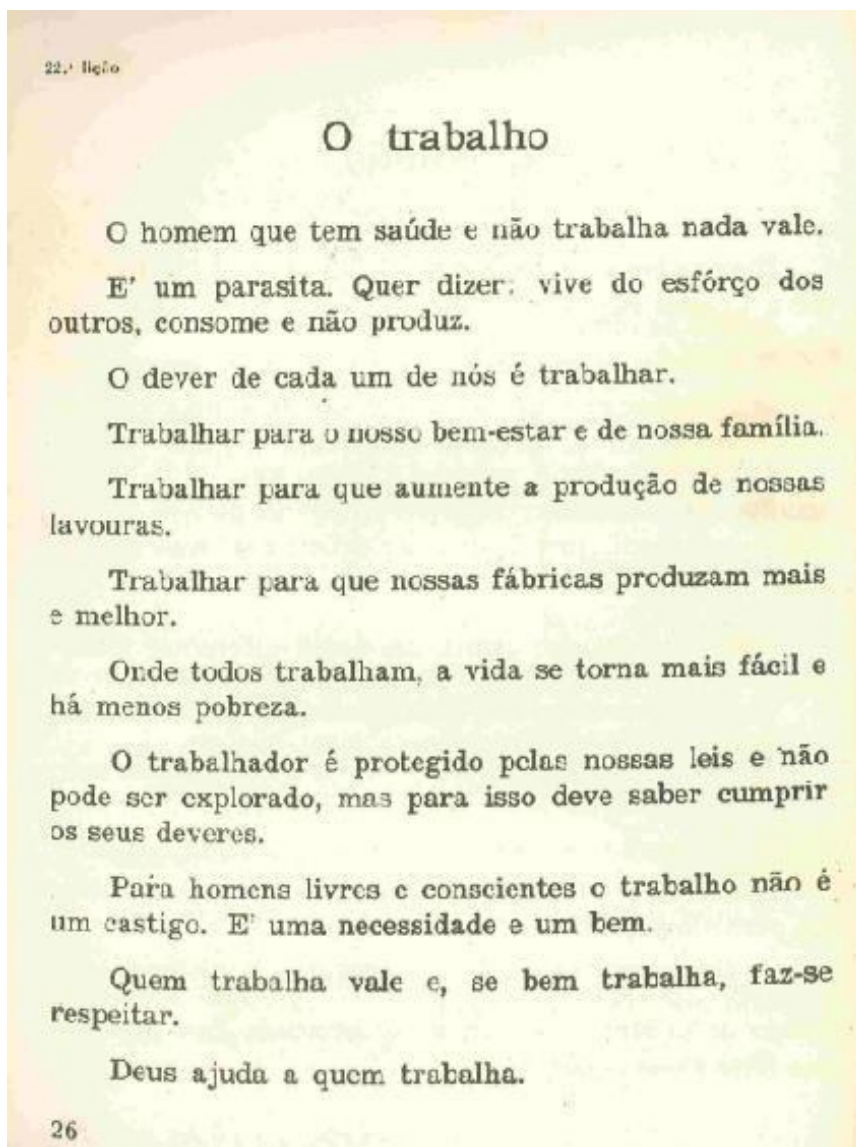
a ba a la e lo ê le e la
eu ia ao bai le

bola bola bola

3

Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/book/export/html/1564> Acessado em 20 novembro 2010

**ANEXO B – Vigésima segunda lição do Primeiro Guia de Leitura utilizado na CEAA
(Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos)**



ANEXO C – Página 8 do Guia de Aritmética utilizado na CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos)

Leia os números abaixo.
O Professor o ajudará

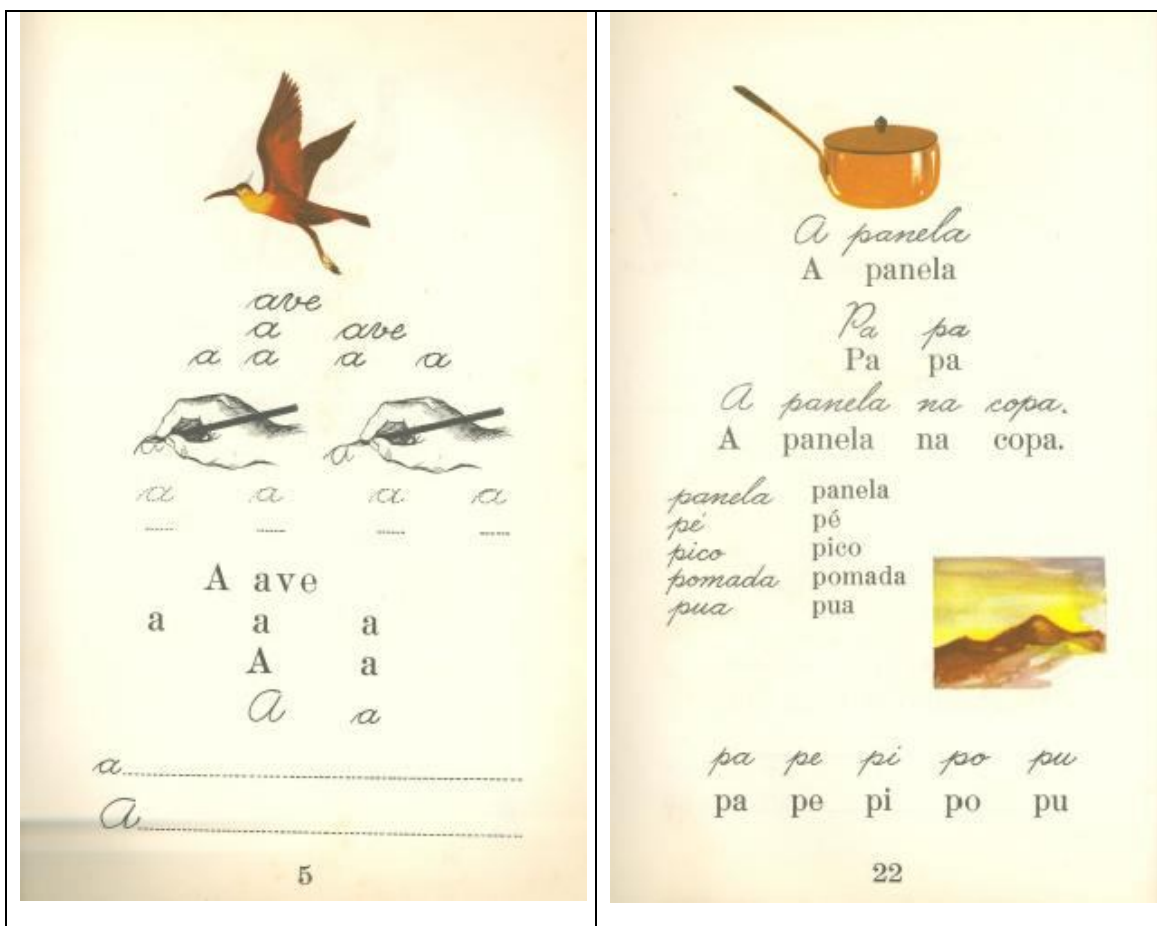
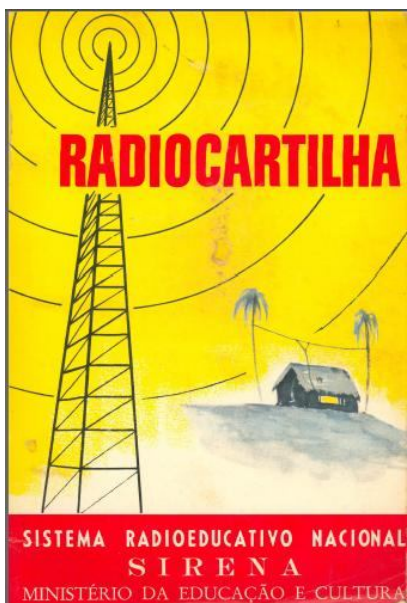
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

Escreva os números, um em seguida ao outro:

11		24		37		50		6..		7..
12		25		38		51		6..		7..
13		2..		3..		5..		6..		7..
14		2..		40		5..		6..		7..
15		2..		41		5..		6..		80
16		2..		42		5..		6..		81
17		30		4..		5..		6..		82
18		31		4..		5..		70		8..
19		32		4..		5..		7..		8..
20		3..		4..		5..		7..		8..
21		3..		4..		60		7..		8..
22		3..		4..		61		7..		8..
23		3..		4..		62		7..		88

— 8 —

ANEXO D – Páginas demonstrativas da Radio Cartilha utilizada na Campanha Sirena



ANEXO E – Quadro demonstrativo do MOBRAL

QUADRO 2	
Necessidades Básicas (campos semânticos: exploração do cartaz e do significado da palavra)	Palavras Geradoras (forma significante: aprendizagem da leitura e escrita)
EDUCAÇÃO	ESCOLA/PROFESSORA
SAÚDE	REMÉDIO/VACINA
ALIMENTAÇÃO	COMIDA/PANELA/COZINHA
HABITAÇÃO	TUJOLO/CASA
LAZER	RÁDIO/FUTEBOL/VIAGEM
PREVIDÊNCIA SOCIAL	HOSPITAL/TRABALHO/UNIÃO
VESTUÁRIO	SAPATO/PLÁSTICO
LIBERDADES HUMANAS	VIDA/FAMÍLIA/FÉ/AMOR

Fonte: Belo apud CORRÊA, 1979, p. 154

Disponível em: < <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>>